

XIII LEGISLATURA

SEPARATA — N.º 1 (2015.11.24)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 3, 8, 20, 21 e 33/XIII (1.ª)]:

N.º 3/XIII (1.ª) — Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de dezembro (PS).

N.º 8/XIII (1.ª) — Reposição dos feriados nacionais retirados (PCP).

N.º 20/XIII (1.ª) — Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio, e 55/2014, de 25 de agosto) (Os Verdes).

N.º 21/XIII (1.ª) — Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (Alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio, e 55/2014, de 25 de agosto) (Os Verdes).

N.º 33/XIII (1.ª) — Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos (BE).

SEPARATA — N.º 2 (2015.11.25)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 7 e 18/XIII (1.ª)]:

N.º 7/XIII (1.ª) — Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (PCP).

N.º 18/XIII (1.ª) — Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública (Os Verdes).

SEPARATA — N.º 3 (2015.11.25)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 35/XIII (1.ª):

Extinção da contribuição extraordinária de solidariedade (PS).

SEPARATA — N.º 4 (2015.11.27)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 34/XIII (1.ª):

Extinção das reduções remuneratórias na Administração Pública (PS).

SEPARATA — N.º 5 (2015.12.02)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 9/XIII (1.ª):

Repõe os complementos de pensão nas empresas do sector empresarial do estado (PCP).

SEPARATA — N.º 6 (2015.12.02)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 3/XIII (1.ª):

Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM).

SEPARATA — N.º 7 (2015.12.19)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 38, 46, 59 e 70/XIII (1.ª)]:

N.º 38/XIII (1.ª) — Revogação da prova de avaliação de conhecimentos e competências – PACC (BE).

N.º 46/XIII (1.ª) — Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da prova de avaliação de capacidades e conhecimentos (PCP).

N.º 59/XIII (1.ª) — Revoga o regime de requalificação docente (PCP).

N.º 70/XIII (1.ª) — Elimina a requalificação de docentes (BE).

SEPARATA — N.º 8 (2016.01.08)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 55/XIII (1.ª):

Combate o trabalho forçado e outras formas de exploração laboral (BE).

SEPARATA — N.º 9 (2016.01.09)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 74/XIII (1.ª):

Revoga o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas (PCP).

SEPARATA — N.º 10 (2016.01.13)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 93/XIII (1.ª):

Revoga o regime de requalificação (BE).

SEPARATA — N.º 11 (2016.01.22)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 9/XIII (1.ª):

Reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais (ALRAM).

SEPARATA — N.º 12 (2016.01.22)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 101/XIII (1.ª):

Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste (PCP).

SEPARATA — N.º 13 (2016.02.03)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 106/XIII (1.ª):

Reforça os mecanismos de presunção do contrato de trabalho, garantindo um combate mais efetivo à precariedade e à ocultação de relações de trabalho subordinado, alterando o artigo 12.º do Código do Trabalho (BE).

SEPARATA — N.º 14 (2016.02.11)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 12/XIII (1.ª):

Aprova o Orçamento do Estado para 2016.

SEPARATA — N.º 15 (2016.02.24)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 94 e 105/XIII (1.ª)]:

N.º 94/XIII (1.ª) — Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, 3 de novembro) (BE).

N.º 105/XIII (1.ª) — Aprofunda o regime jurídico da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho, instituído pela Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto, e alarga os mecanismos processuais de combate aos «falsos recibos verdes» e a todas as formas de trabalho não declarado, incluindo falsos estágios e falso voluntariado (BE).

SEPARATA — N.º 16 (2016.03.07)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 137/XIII (1.ª):

Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (PCP).

SEPARATA — N.º 17 (2016.03.18)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 138/XIII (1.ª):

Integra representantes dos reformados, pensionistas e aposentados no Conselho Económico e Social (alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto) (BE).

SEPARATA — N.º 18 (2016.04.02)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 132 e 133/XIII (1.ª)]:

N.º 132/XIII (1.ª) — Alargamento da competência inspetiva da ACT na Função Pública (BE).

N.º 133/XIII (1.ª) — Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública (PCP).

SEPARATA — N.º 19 (2016.04.06)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 146/XIII (1.ª):

Combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração do regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração do regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro (PS).

SEPARATA — N.º 20 (2016.04.23)

SUMÁRIO

Projetos de lei n.ºs 147 e 161/XIII (1.ª):

N.º 147/XIII (1.ª) — Estabelece o acesso aos direitos educativos a nadadores salvadores (BE).

N.º 161/XIII (1.ª) — Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (BE).

SEPARATA — N.º 21 (2016.04.23)

SUMÁRIO

Projetos de lei n.ºs 163 e 169/XIII (1.ª):

N.º 163/XIII (1.ª) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável (BE).

N.º 169/XIII (1.ª) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 9.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (PCP).

SEPARATA — N.º 22 (2016.05.03)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 168/XIII (1.ª):

Revisão da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Contrato de Trabalho do Praticante Desportivo e do Contrato de Formação Desportiva (PSD).

SEPARATA — N.º 23 (2016.05.03)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 170/XIII (1.ª):

Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores, procedendo à 10.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP).

SEPARATA — N.º 24 (2016.05.03)

SUMÁRIO

Projetos de lei n.ºs 174, 176 e 177/XIII (1.ª):

N.º 174/XIII (1.ª) — Procede à alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, reforçando o regime de proteção na parentalidade (PAN).

N.º 176/XIII (1.ª) — Alarga a licença parental inicial e o período de dispensa para aleitação (BE)

N.º 177/XIII (1.ª) — Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade (PCP).

SEPARATA — N.º 25 (2016.05.12)

SUMÁRIO

Projetos de lei n.ºs 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201 e 202/XIII (1.ª):

N.º 194/XIII (1.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, alarga o gozo da licença parental complementar e da licença para assistência a filho aos avós (CDS-PP).

N.º 195/XIII (1.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, altera a licença parental exclusiva do pai (CDS-PP).

N.º 196/XIII (1.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, aumenta a duração da licença parental inicial a partir do terceiro filho (CDS-PP).

N.º 197/XIII (1.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, cria a licença parental pré-natal (CDS-PP).

N.º 198/XIII (1.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, aumenta a duração da licença parental inicial para os 210 dias (CDS-PP).

N.º 199/XIII (1.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, estabelece a dispensa para assistência a filho, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação (CDS-PP).

N.º 200/XIII (1.ª) — Alargamento do âmbito dos vales sociais (CDS-PP).

N.º 201/XIII (1.ª) — *Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, altera os montantes dos montantes dos subsídios de parentalidade e cria o subsídio parental pré-natal e o subsídio parental para nascimento prematuro (CDS-PP).*

N.º 202/XIII (1.ª) — *Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, cria a licença parental para nascimento prematuro (CDS-PP).*

SEPARATA — N.º 26 (2016.05.27)

SUMÁRIO

Projetos de lei n.ºs 141, 142, 150, 152, 153, 157, 160, 218, 219, 220, 221, 225 e 226/XIII (1.ª):

N.º 141/XIII (1.ª) — *Décima segunda alteração ao Estatuto dos Deputados (PCP).*

N.º 142/XIII (1.ª) — *Altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (Oitava alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto) (PCP).*

N.º 150/XIII (1.ª) — *Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados (PS).*

N.º 152/XIII (1.ª) — *Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (BE).*

N.º 153/XIII (1.ª) — *Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o regime de exclusividade dos Deputados à Assembleia da República (BE).*

N.º 157/XIII (1.ª) — *Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (BE).*

N.º 160/XIII (1.ª) — *Combate o enriquecimento injustificado (BE).*

N.º 218/XIII (1.ª) — *Décima segunda alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março (PSD).*

N.º 219/XIII (1.ª) — *Nona alteração ao Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto (PSD).*

N.º 220/XIII (1.ª) — *Sexta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril (Controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos) (PSD).*

N.º 221/XIII (1.ª) — *Enriquecimento injustificado (trigésima quinta alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, quarta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, e sexta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril) (PCP).*

N.º 225/XIII (1.ª) — *Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses (Lobbying) (CDS-PP).*

N.º 226/XIII (1.ª) — *Reforça a transparência do exercício de cargos políticos e de altos cargos públicos (CDS-PP).*

SEPARATA — N.º 27 (2016.06.11)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 186 e 211/XIII (1.ª)]:

N.º 186/XIII (1.ª) — *Revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva, procedendo à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP).*

N.º 211/XIII (1.ª) — *Revoga os mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas individual, procedendo à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP).*

SEPARATA — N.º 28 (2016.06.11)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 187/XIII (1.ª):

Revoga a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (PCP).

SEPARATA — N.º 29 (2016.06.11)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 215 e 216/XIII (1.ª)]:

N.º 215/XIII (1.ª) — *Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a lei geral do trabalho em funções públicas (PCP).*

N.º 216/XIII (1.ª) — *Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP).*

SEPARATA — N.º 30 (2016.06.17)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 214, 234, 244 e 248/XIII (1.ª)]:

N.º 214/XIII (1.ª) — *Reforça a licença parental inicial até 210 dias, alarga o período de licença parental em caso de nascimento prematuro e estende a dispensa para amamentação e aleitação*

ao acompanhamento à criança até aos três anos de idade, promovendo uma alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Os Verdes).

N.º 234/XIII (1.ª) — Pelo incremento da contratação coletiva (BE).

N.º 244/XIII (1.ª) — Sexta alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, Lei do Conselho Económico e Social, de modo a incluir no Plenário dois representantes dos reformados, aposentados e pensionistas (CDS-PP).

N.º 248/XIII (1.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, estabelece o direito do trabalhador que estiver a 1 ano da idade legal de reforma poder optar por trabalhar a tempo parcial por 2 anos (CDS-PP).

Proposta de lei n.º 21/XIII (1.ª):

Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro – obrigação de prestação de serviços de transporte marítimo para as regiões autónomas durante a greve (ALRAM).

SEPARATA — N.º 31 (2016.07.30)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 291/XIII (1.ª):

Condições de saúde e segurança no trabalho nas Forças e Serviços de Segurança (PCP).

SEPARATA — N.º 32 (2016.09.23)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 297/XIII (1.ª):

Aprova a Lei Geral do Trabalho Desportivo e da Formação Desportiva (PS).

SEPARATA — N.º 33 (2016.10.20)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 37/XIII (2.ª):

Aprova o Orçamento do Estado para 2017.

SEPARATA — N.º 34 (2016.10.26)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 303/XIII (2.ª):

Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação coletiva no setor público empresarial revogando as normas gravosas do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (PCP).

SEPARATA — N.º 35 (2016.11.18)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 184/XIII (1.ª):

Concretiza o direito de negociação coletiva dos trabalhadores das administrações regionais (BE).

SEPARATA — N.º 36 (2016.11.25)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 307, 330 e 344/XIII (2.ª)]:

N.º 307/XIII (2.ª) — Cria um novo regime jurídico para combater o assédio no local de trabalho (BE);

N.º 330/XIII (2.ª) — Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (Décima segunda alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) (PCP);

N.º 344/XIII (2.ª) — Protege a trabalhadora grávida, puérpera ou lactante no período experimental, tornando obrigatório parecer prévio da cite em caso de denúncia do contrato de trabalho por parte da entidade empregadora (BE).

SEPARATA — N.º 37 (2016.12.14)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 343 e 347/XIII (2.ª)]:

N.º 343/XIII (2.ª) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro, que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR) (PCP).

N.º 347/XIII (2.ª) — Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Quarta alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) (PCP).

SEPARATA — N.º 38 (2016.12.17)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 43/XIII (2.ª):

Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas.

SEPARATA — N.º 39 (2016.12.23)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 349/XIII (2.ª):

Aprova o Estatuto da Condição Policial (PCP).

Propostas de lei [n.ºs 46 e 47/XIII (2.ª)]:

N.º 46/XIII (2.ª) — Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais.

N.º 47/XIII (2.ª) — Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública.

SEPARATA — N.º 40 (2017.01.19)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 354/XIII (2.ª):

Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas (PCP).

SEPARATA — N.º 41 (2017.01.24)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 371/XIII (2.ª):

Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio em contexto laboral no setor privado e na administração pública (PS).

SEPARATA — N.º 42 (2017.01.27)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 39/XIII (2.ª):

Procede à décima terceira alteração ao Código do Trabalho e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade (ALRAM).

SEPARATA — N.º 43 (2017.02.01)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 375 e 378/XIII (2.ª)]:

N.º 375/XIII (2.ª) — *Previne e combate o assédio no local de trabalho (Décima segunda alteração ao Código do Trabalho e quinta alteração ao Código do Processo do Trabalho) (PCP).*

N.º 378/XIII (2.ª) — *Reforça a tutela contra os atos de assédio no âmbito das relações de trabalho (PAN).*

SEPARATA — N.º 44 (2017.02.07)

SUMÁRIO

Propostas de lei [n.ºs 45, 54, 55 e 57/XIII (2.ª)]:

N.º 45/XIII (2.ª) — *Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva 2014/54/EU.*

N.º 54/XIII (2.ª) — *Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui constrangimentos à livre circulação de pessoas, e transpõe a Diretiva 2013/55/EU.*

N.º 55/XIII (2.ª) — *Transpõe a Diretiva 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.*

N.º 57/XIII (2.ª) — *Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.*

SEPARATA — N.º 45 (2017.02.27)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 346, 414, 415 e 417/XIII (2.ª)]:

N.º 346/XIII (2.ª) — *Integra a representação do Conselho Nacional de Juventude no Conselho Económico e Social, procedendo à alteração da Lei n.º 108/91, de 17 de agosto (PSD).*

N.º 414/XIII (2.ª) — *Altera a Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, que regula o Conselho Económico e Social (PSD).*

N.º 415/XIII (2.ª) — *Integra representantes dos reformados, pensionistas e aposentados no Conselho Económico e Social, procedendo à alteração da Lei n.º 108/91, de 17 de agosto (PSD).*

N.º 417/XIII (2.ª) — *Sexta alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, Lei do Conselho Económico e Social, de modo a incluir no Plenário dois representantes do Conselho Nacional da Juventude (CDS-PP).*

SEPARATA — N.º 46 (2017.04.27)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 496/XIII (2.ª):

Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social do trabalho por turnos e noturno (BE).

SEPARATA — N.º 47 (2017.05.09)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 430/XIII (2.ª):

Aprova medidas de transparência com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres (PSD).

SEPARATA — N.º 48 (2017.05.10)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 431/XIII (2.ª):

Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, flexibilizando a licença parental exclusiva do pai e alargando o gozo da licença parental complementar e da licença para assistência a filho aos avós (CDS-PP).

SEPARATA — N.º 49 (2017.05.31)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 508/XIII (2.ª):

Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos (PCP).

SEPARATA — N.º 50 (2017.06.07)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 86/XIII (2.ª):

Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional, e transpõe as Diretivas 2014/36/UE, 2014/66/UE e 2016/801, de 11 de maio.

SEPARATA — N.º 51 (2017.06.09)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 533 e 534/XIII (2.ª)]:

N.º 533/XIII (2.ª) — *Elimina os regimes do banco de horas individual e da adaptabilidade individual, procedendo à 15.ª alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 7 de fevereiro (BE).*

N.º 534/XIII (2.ª) — *Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando as recomendações do "Grupo de Trabalho para a preparação de um Plano Nacional de Combate à Precariedade" (BE).*

SEPARATA — N.º 52 (2017.06.20)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 547 e 549/XIII (2.ª)]:

N.º 547/XIII (2.ª) — *Altera o Estatuto da GNR relativamente ao horário de referência semanal (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março) (PCP).*

N.º 549/XIII (2.ª) — *Altera o Estatuto da GNR repondo justiça no direito de férias (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março) (PCP).*

SEPARATA — N.º 53 (2017.06.24)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 505/XIII (2.ª):

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 237/2007, de 19 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário (PCP).

SEPARATA — N.º 54 (2017.06.27)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 552 e 553/XIII (2.ª)]:

N.º 552/XIII (2.ª) — *Consagra o dever de desconexão profissional e reforça a fiscalização dos horários de trabalho, procedendo à 15.ª alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 7 de fevereiro (BE).*

N.º 553/XIII (2.ª) — *Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego (15.ª alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (BE).*

SEPARATA — N.º 55 (2017.07.11)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 91/XIII (2.ª):

Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários.

SEPARATA — N.º 56 (2017.07.22)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 561/XIII (2.ª):

Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (sexta alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) (PCP).

SEPARATA — N.º 57 (2017.07.26)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 587/XIII (2.ª):

Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento (BE).

SEPARATA — N.º 58 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 569/XIII (2.ª):

Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, procedendo à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (PSD).

SEPARATA — N.º 59 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 578/XIII (2.ª):

Altera o Código do Trabalho, estabelecendo as 35 horas como limite máximo do período

normal de trabalho, equiparando o regime do Código do Trabalho ao da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (PAN).

SEPARATA — N.º 60 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 541/XIII (2.ª):

Procede à segunda alteração ao regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto (PCP).

SEPARATA — N.º 61 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 514/XIII (2.ª):

Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro (PCP).

SEPARATA — N.º 62 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 455, 461 e 462/XIII (2.ª)]:

N.º 455/XIII (2.ª) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, majora o período de licença parental, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, em 60 dias e cria a licença parental para nascimento prematuro, associado a deficiência ou doença rara, com mais de seis semanas antes da data presumível do parto (CDS-PP);

N.º 461/XIII (2.ª) — Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência ou doença rara (BE);

N.º 462/XIII (2.ª) — Cria a licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar de recém-nascido (PCP).

SEPARATA — N.º 63 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 323/XIII (2.ª):

Altera o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos (terceira alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro) (BE).

SEPARATA — N.º 64 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 302/XIII (2.ª):

Fim de cláusulas abusivas de mobilidade geográfica e funcional (BE).

SEPARATA — N.º 65 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 550/XIII (2.ª):

Altera o Código do Trabalho e o Código de Processo do Trabalho, introduzindo alterações no regime da presunção de contrato de trabalho e do contrato a termo certo resolutivo (PAN).

SEPARATA — N.º 66 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 562/XIII (2.ª):

Regularização excecional da situação dos trabalhadores sem vínculo jurídico com funções permanentes nas autarquias locais (PCP).

SEPARATA — N.º 67 (2017.07.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 566/XIII (2.ª):

Alarga o período de licença parental exclusiva do pai e estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA (décima quinta alteração ao Código do Trabalho e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril) (BE).

SEPARATA — N.º 68 (2017.09.01)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 589 e 591/XIII (2.ª)]:

N.º 589/XIII (2.ª) — *Fixa o regime de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (Sexta alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas) (PCP).*

N.º 591/XIII (2.ª) — *Determina a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores das empresas criadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março (PCP).*

SEPARATA — N.º 69 (2017.09.13)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 600/XIII (2.ª):

Clarifica e reforça a defesa dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento (PCP).

SEPARATA — N.º 70 (2017.09.28)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 603/XIII (2.ª) e 606/XIII (3.ª)]:

N.º 603/XIII (2.ª) — *Altera o Código do Trabalho, modificando o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento (PAN).*

N.º 606/XIII (3.ª) — *Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento (PS).*

SEPARATA — N.º 71 (2017.10.13)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 608 e 609/XIII (3.ª)]:

N.º 608/XIII (3.ª) — *Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 8.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (PCP).*

N.º 609/XIII (3.ª) — *Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP).*

SEPARATA — N.º 72 (2017.10.19)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 100/XIII (3.ª):

Aprova o Orçamento do Estado para 2018.

SEPARATA — N.º 73 (2017.11.24)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 640, 643 e 644/XIII (3.ª)]:

N.º 640/XIII (3.ª) — Altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 7 de fevereiro, consagrando o direito do trabalhador à desconexão profissional (PAN).

N.º 643/XIII (3.ª) — Qualifica como contraordenação muito grave a violação do período de descanso (Décima quinta alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (Os Verdes).

N.º 644/XIII (3.ª) — Proceda à décima terceira alteração do Código do Trabalho, reforça o direito ao descanso do trabalhador (PS).

SEPARATA — N.º 74 (2017.11.28)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 647/XIII (3.ª):

Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento (PCP).

SEPARATA — N.º 75 (2017.12.05)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 106/XIII (3.ª):

Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor.

SEPARATA — N.º 76 (2017.12.05)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 104/XIII (3.ª):

Transpõe as alterações introduzidas pela Diretiva (UE) 2015/1794 à Diretiva 2001/23/CE e à Diretiva 2009/38/CE, no que respeita aos marítimos.

SEPARATA — N.º 77 (2017.12.22)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 687/XIII (3.ª):

Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores, procedendo à décima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e da sétima alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (PCP).

SEPARATA — N.º 78 (2018.01.18)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 635, 642 e 666/XIII (3.ª)]:

N.º 635/XIII (3.ª) — Cria a Ordem dos Fisioterapeutas (PS).

N.º 642/XIII (3.ª) — Criação da Ordem dos Fisioterapeutas (CDS-PP).

N.º 666/XIII (3.ª) — Cria a Ordem dos Assistentes Sociais (PS).

SEPARATA — N.º 79 (2018.01.18)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 712/XIII (3.ª):

Revoga a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (PCP).

SEPARATA — N.º 80 (2018.01.18)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 713, 714, 715 e 716/XIII (3.ª)]:

N.º 713/XIII (3.ª) — Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva, procedendo à décima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP).

N.º 714/XIII (3.ª) — Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas individual, procedendo à décima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP).

N.º 715/XIII (3.ª) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (PCP).

N.º 716/XIII (3.ª) — Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (Primeira alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho) (PCP).

SEPARATA — N.º 81 (2018.01.19)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 709 e 710/XIII (3.ª)]:

N.º 709/XIII (3.ª) — Consagra a Terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (Décima terceira alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (Os Verdes).

N.º 710/XIII (3.ª) — Altera o Código do Trabalho, consagrando a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (PAN).

SEPARATA — N.º 82 (2018.01.26)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 728, 729, 730, 731 e 732/XIII (3.ª)]:

N.º 728/XIII (3.ª) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da Troica que vieram facilitar os despedimentos e reduzir as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à décima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (BE).

N.º 729/XIII (3.ª) — Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando os compromissos constantes do programa de Governo e as recomendações do “grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade”, procedendo à décima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (BE).

N.º 730/XIII (3.ª) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da Troica relativas ao despedimento por extinção do posto de trabalho e elimina a figura do despedimento por inadaptação, procedendo à décima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (BE).

N.º 731/XIII (3.ª) — Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo à décima terceira alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (BE).

N.º 732/XIII (3.ª) — Elimina os regimes do banco de horas individual e da adaptabilidade individual, procedendo à décima terceira alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (BE).

SEPARATA — N.º 83 (2018.02.06)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 649/XIII (3.ª):

Reforça a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica (PAN).

SEPARATA — N.º 84 (2018.02.16)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 738, 739, 740 e 741/XIII (3.ª)]:

N.º 738/XIII (3.ª) — Altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, introduzindo alterações ao regime da adoção e adaptando o regime de proteção na parentalidade à procriação medicamente assistida (PAN).

N.º 739/XIII (3.ª) — Procede à alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, reforçando o regime de proteção na parentalidade (PAN).

N.º 740/XIII (3.ª) — Proteção da parentalidade nas situações de adoção e de recurso à procriação medicamente assistida por casais de pessoas do mesmo sexo (PS).

N.º 741/XIII (3.ª) — Procede à 15.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, estabelece a dispensa para assistência a filho, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação (CDS-PP).

SEPARATA — N.º 85 (2018.03.23)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 797/XIII (3.ª):

Revoga as normas de celebração do contrato a termo certo nas situações de trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração. (Décima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprovou o Código do Trabalho) (PCP).

SEPARATA — N.º 86 (2018.03.29)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 809/XIII (3.ª):

Amplia as Fontes de Financiamento da Segurança Social (PCP).

SEPARATA — N.º 87 (2018.04.04)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 116/XIII (3.ª):

Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública.

SEPARATA — N.º 88 (2018.04.09)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 789/XIII (3.ª):

Cria a Ordem dos Assistentes Sociais (CDS-PP).

SEPARATA — N.º 89 (2018.04.11)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 693/XIII (3.ª):

Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor (PAN).

SEPARATA — N.º 90 (2018.04.19)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 509/XIII (2.ª):

Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à décima segunda alteração do Código do Trabalho e à primeira alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro (PCP).

SEPARATA — N.º 91 (2018.05.15)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 843/XIII (3.ª):

Lei de Bases da Habitação (PS).

Nota: prorrogação do prazo para apreciação pública publicada em [suplemento](#).

SEPARATA — N.º 91 — Suplemento (2018.05.15)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 843/XIII (3.ª) (Lei de Bases da Habitação):

— Prorrogação do prazo para apreciação pública.

SEPARATA — N.º 92 (2018.05.22)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 801, 804, 846 e 873/XIII (3.ª)]:

N.º 801/XIII (3.ª) — Cria o Estatuto do Cuidador Informal e reforça as medidas de apoio a pessoas dependentes (procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, e à décima terceira alteração ao Código do Trabalho) (BE).

N.º 804/XIII (3.ª) — Reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência (PCP).

N.º 846/XIII (3.ª) — Organização do tempo de trabalho, garantia de condições de segurança e criação de carreira dos trabalhadores da segurança da aviação civil/APA – Aeroportos (PCP).

N.º 873/XIII (3.ª) — Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar (PS).

SEPARATA — N.º 93 (2018.05.30)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 886/XIII (3.ª):

Revoga o despedimento por inadaptação e altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho, reforçando os direitos dos trabalhadores (PCP).

SEPARATA — N.º 94 (2018.06.12)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 912/XIII (3.ª):

Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (décima segunda alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) (PCP).

Proposta de lei n.º 136/XIII (3.ª):

Altera o Código do Trabalho, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

SEPARATA — N.º 95 (2018.06.12)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 897, 898, 900 a 902, 904, 905, 907 e 909/XIII (3.ª)]:

N.º 897/XIII (3.ª) — Altera o Código do Trabalho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias (PAN).

N.º 898/XIII (3.ª) — Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias (PAN).

N.º 900/XIII (3.ª) — Altera os montantes e os critérios de cálculo nas compensações em caso de cessação do contrato de trabalho e despedimento (décima quarta alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (Os Verdes).

N.º 901/XIII (3.ª) — Procede à revogação das normas que permitem a celebração do contrato a termo certo só porque os trabalhadores se encontram em situação de procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração (Os Verdes).

N.º 902/XIII (3.ª) — Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, (décima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (BE).

N.º 904/XIII (3.ª) — Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário (décima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (BE).

N.º 905/XIII (3.ª) — Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador (décima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (BE).

N.º 907/XIII (3.ª) — Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho (PCP).

N.º 909/XIII (3.ª) — Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (décima quarta alteração ao Código do Trabalho) (Os Verdes).

SEPARATA — N.º 96 (2018.06.20)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 903 e 917/XIII (3.ª)]:

N.º 903/XIII (3.ª) — Reverte os cortes introduzidos pelo Governo PSD/CDS nos dias de férias, no descanso compensatório, no acréscimo remuneratório devido por trabalho suplementar e consagra a terça-feira de Carnaval como feriado obrigatório (décima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) (BE).

N.º 917/XIII (3.ª) — Procede à reposição do regime de férias na Função Pública, consagrando o direito a 25 dias úteis de férias e as majorações em função da idade (Os Verdes).

SEPARATA — N.º 97 (2018.08.02)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 963/XIII (3.ª):

Condições de saúde e segurança no trabalho nas Forças e Serviços de Segurança (PCP).

SEPARATA — N.º 98 (2018.09.13)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 895/XIII (3.ª):

Reconhece e regulamenta a profissão de criminólogo(a) (BE).

SEPARATA — N.º 99 (2018.09.25)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 913/XIII (3.ª):

Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar (PSD).

SEPARATA — N.º 100 (2018.10.23)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 156/XIII/4.ª (Gov) — Aprova o Orçamento do Estado para 2019:

— Texto da proposta de lei e respetiva errata.

SEPARATA — N.º 101 (2018.10.27)

SUMÁRIO

Proposta de lei n.º 150/XIII/4.ª (Gov) — Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção.

SEPARATA — N.º 102 (2018.10.31)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 1021 e 1022/XIII (3.ª)]:

N.º 1021/XIII/4.ª (BE) — *Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (décima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).*

N.º 1022/XIII/4.ª (BE) — *Promove a contratação coletiva no setor público empresarial.*

SEPARATA — N.º 103 (2018.11.06)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 1009/XIII/4.ª (BE):

Regula o direito de Associação do Pessoal da Polícia Marítima (primeira alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 104 (2018.11.13)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 1025/XIII/4.ª (PCP):

Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à décima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

SEPARATA — N.º 105 (2019.01.15)

SUMÁRIO

Projeto de lei n.º 944/XIII/3.ª (Iniciativa legislativa de cidadãos):

Consideração integral do tempo de serviço docente prestado durante as suspensões de contagem anteriores a 2018, para efeitos de progressão e valorização remuneratória.

SEPARATA — N.º 106 (2019.01.15)

SUMÁRIO

Projetos de lei [n.ºs 1012 e 1018/XIII (3.ª)]:

N.º 1012/XIII/4.ª (PAN) — *Procede à alteração do Regime de Execução do Acolhimento Familiar, reforçando o acolhimento familiar, promovendo uma política efetiva de*

desinstitucionalização de crianças e jovens.

N.º 1018/XIII/4.ª (CDS-PP) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar, de modo a criar novos direitos nas famílias de acolhimento.

SEPARATA — N.º 107 (2019.01.29)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 175/XIII/4.ª (Gov):

Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria.

SEPARATA — N.º 108 (2019.01.12)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 819 e 845/XIII/3.ª e 1027, 1054, 1073, 1086, 1088, 1092 e 1101/XIII/4.ª):

N.º 819/XIII/3.ª (BE) — Altera o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril.

N.º 845/XIII/3.ª (PCP) — Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro).

N.º 1027/XIII/4.ª (Os Verdes) — Consagra o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio, 55/2014, de 25 de agosto, 28/2015, de 14 de abril, 120/2015, de 1 de setembro, 8/2016, de 1 de abril, 28/2016, de 23 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, e 14/2018, de 19 de março).

N.º 1054/XIII/4.ª (CDS-PP) — Aprova o regime do exercício profissional dos criminólogos.

N.º 1073/XIII/4.ª (PAN) — Regulamenta a profissão de Técnico Auxiliar de Saúde.

N.º 1086/XIII/4.ª (Os Verdes) — Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (altera o Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 1088/XIII/4.ª (BE) — Cria e Regula a Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde.

N.º 1092/XIII/4.ª (PAN) — Altera a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, o Decreto-Lei n.º 89/2009 e o Decreto-Lei n.º 91/2009, ambos de 9 de abril, alargando a licença parental em caso de nascimento prematuro.

N.º 1101/XIII/4.ª (PAN) — Altera o Código do Trabalho, consagrando a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório.

Proposta de Lei n.º 176/XIII/4.ª (GOV):

Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil.

SEPARATA — N.º 109 (2019.03.12)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1126, 1127, 1132 e 1135/XIII/4.ª):

N.º 1126/XIII/4.ª (CDS-PP) — *Aprova o Estatuto dos Cuidadores Informais e enquadra as medidas de apoio a pessoas cuidadas e seus cuidadores (altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares).*

N.º 1127/XIII/4.ª (CDS-PP) — *Implementa e disciplina o regime do Cuidado Familiar.*

N.º 1132/XIII/4.ª (PSD) — *Estatuto do Cuidador Informal.*

N.º 1135/XIII/4.ª (PAN) — *Cria o Estatuto do Cuidador Informal, reforçando as medidas de apoio aos cuidadores e pessoas em situação de dependência.*

Proposta de Lei n.º 186/XIII/4.ª (GOV):

Estabelece medidas de apoio ao cuidador informal e regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada.

SEPARATA — N.º 110 (2019.03.27)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 185/XIII/4.ª (GOV):

Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública.

SEPARATA — N.º 111 (2019.04.30)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1169, 1175, 1185, 1186, 1193, 1194 e 1197/XIII/4.ª):

N.º 1169/XIII/4.ª (PAN) — *Altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, equiparando os dois regimes em matéria de faltas justificadas ao trabalho.*

N.º 1175/XIII/4.ª (BE) — *Regula as relações laborais existentes na advocacia.*

N.º 1185/XIII/4.ª (BE) — *Consagra o direito ao pagamento de subsídio de alimentação a todos/as trabalhadores/as, em valor mínimo equiparado à Administração Pública.*

N.º 1186/XIII/4.ª (BE) — *Aprofunda o regime jurídico para combater o assédio no local de trabalho, repartindo o ónus da prova e conferindo força executiva às decisões condenatórias da autoridade para as condições do trabalho.*

N.º 1193/XIII/4.ª (PCP) — *Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 1194/XIII/4.ª (PCP) — *Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 1197/XIII/4.^a (BE) — *Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos e reforço da proteção laboral dos trabalhadores oncológicos, nomeadamente no acesso ao emprego e em matéria de tempo de trabalho (quinta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, e décima quarta alteração ao Código do Trabalho).*

SEPARATA — N.º 112 (2019.05.15)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1206 e 1207/XIII/4.^a):

N.º 1206/XIII/4.^a (Os Verdes) — *Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 1207/XIII/4.^a (Os Verdes) — *Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).*

SEPARATA — N.º 113 (2019.05.21)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 1212/XIII/4.^a (BE):

Reconhece a existência de um vínculo laboral com as ajudantes familiares em funções em IPSS e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

SEPARATA — N.º 114 (2019.06.08)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 200/XIII/4.^a (Gov):

Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses.

SEPARATA — N.º 115 (2019.06.21)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 1232/XIII/4.^a (BE):

Determina a alteração do Regime Jurídico das Custas Judiciais de forma a garantir um acesso mais alargado aos tribunais pelos trabalhadores, pelos trabalhadores precários e pela generalidade dos cidadãos (décima quarta alteração ao Regulamento das Custas Processuais).
